

**PERFORMANDO O ACESSO, OBSERVANDO, PARTICIPANDO E CONSTRUINDO
DADOS: NOTAS DE UMA PESQUISA DE CAMPO.**

LEONARDO LEMOS DA SILVEIRA SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

Agradecimento à órgão de fomento:

PERFORMANDO O ACESSO, OBSERVANDO, PARTICIPANDO E CONSTRUINDO DADOS: NOTAS DE UMA PESQUISA DE CAMPO.

Introdução

De maneira geral, o objetivo aqui, a exemplo do que já vêm fazendo alguns pesquisadores brasileiros da área (Alcadipani, 2014; Nascimento e Cruz, 2014; Pinto e Santos, 2012; Tureta e Alcadipani, 2011; Flores-Pereira e Cavedon, 2009), é compartilhar aspectos do meu trabalho de campo para mostrar nuances de como uma pesquisa de caráter etnográfico em organizações é feita na prática. Acredito que o esforço de compartilhamento de nossas vivências passadas é fundamental para que possamos refletir sobre as nossas práticas de pesquisa atuais e futuras (Pinto e Santos, 2012). Seja em casos de “sucesso” (Pinto e Santos, 2012; Flores-Pereira e Cavedon, 2009), seja em casos de “fracasso” (Alcadipani, 2014), seja em casos de “sofrimento” (Nascimento e Cruz, 2014) o que parece ir ficando cada vez mais claro é que não há “receitas prontas” ou “manuais de instruções infalíveis”, que os pesquisadores “são gente comum, como a gente” e não “super-heróis”, que angústias, ansiedades, dúvidas, incertezas, medos, noites sem dormir etc fazem parte de qualquer processo de pesquisa. Trazer à tona esse tipo de reflexão – fazer esse tipo de confissão (Alcadipani, 2014) - pode contribuir para que os pesquisadores possam ir se familiarizando com o que podem encontrar pela frente em seus empreendimentos etnográficos e se sintam menos sozinhos acreditando que *certas coisas só acontecem comigo!* Dentro desse contexto, especificamente a partir de uma experiência que vivi, abordo algumas das “aventuras e desventuras” da minha própria prática de pesquisa, tendo como pano de fundo *a performance do acesso* em um trabalho de campo de caráter etnográfico.

Para além dos pontos em comum que a minha experiência tem com a de outros pesquisadores (Alcadipani, 2014; Nascimento e Cruz, 2014; Pinto e Santos, 2012; Tureta e Alcadipani, 2011; Flores-Pereira e Cavedon, 2009), procuro contribuir para a discussão sobre a prática da pesquisa etnográfica em administração incorporando elementos da minha própria vivência no campo. Especificamente pretendo descrever como as minhas possibilidades de interação, de observação, de participação e, conseqüentemente de construção de dados e de compreensão mudavam (ampliavam-se ou reduziavam-se consideravelmente) na medida em que o meu acesso ia sendo cotidianamente *performato* em diferentes situações e cenários, com diferentes atores (humanos e não-humanos) da pesquisa no campo.

Trato aqui do *acesso* partindo da noção de que ele não é “algo” que se obtém, que se consegue (ou não), mas sim um “processo”, que vai sendo obtido, sendo conseguido (ou não) ao longo de toda a pesquisa de campo. Ele não se limita à autorização formal para acessar “espacialmente” a organização (para ter acesso às dependências físicas dela) e vai muito além incorporando também as possibilidades de se conversar com as pessoas, de realizar entrevistas, de acompanhar eventos relevantes, de manusear documentos, de percorrer instalações no dia-a-dia da pesquisa – a organização acontecesse em diferentes locais e os “organizadores” se movem frequentemente (Czarniawska, 2004; Latour, 2005; Schatzki, 2006; Nascimento e Cruz, 2014). No trabalho de campo sempre me via diante da necessidade de (re)negociar o meu acesso a cada novo dia, nova situação, novo evento, novas pessoas, novos cenários com os quais me deparava. Essa era uma preocupação constante no meu cotidiano em campo e esse *movimento* se mostrou um aspecto central do processo da minha pesquisa.

Por isso é que uso aqui o termo *performance* – ou o verbo *performar*, no sentido de promulgação/realização/estabelecimento/ordenação/constituição (*enactment*) de uma realidade (Barad, 2003; Pickering, 1993, Orlikowski, 2007). Um discurso é considerado performativo quando contribui para a constituição da realidade que ele descreve (Callon, 1986). O processo de pesquisa é dito performativo porque contribui – na medida em que

caminha - para a constituição da realidade que investiga (Mol, 2002; Law, 2004; Law e Urry, 2004). Tanto eu, como o “meu” objeto e “minha” prática de pesquisa em geral – e de acesso em particular - fomos sendo *performados* de diferentes maneiras. Em diferentes situações (...) *o campo me constituiu como um indivíduo dotado de uma identidade específica que facilitou ou dificultou, enormemente, minha coleta de dados no campo* (Alcadipani, 2014, p.8).

A experiência que narro aqui em primeira pessoa, de maneira confessional (Van Maanen, 1988), foi vivida ao longo da pesquisa de campo para minha tese de doutorado. Interessado em investigar como uma dada organização – uma “Oficina” ferroviária – se organizava, acontecia na prática, se constituía como tal, em tempo real, no seu dia-a-dia em meio a um conjunto de práticas e arranjos materiais (Schatzki, 1996, 2002, 2006, 2010), desenvolvi um trabalho de caráter etnográfico, lastreado basicamente em 6 meses de observação direta. Ao longo desse período eu normalmente ficava na “Oficina” das 07:00 às 11:00 horas da manhã, em média 4 vezes por semana. Como a “Oficina” funcionava em 3 (três) turnos (manhã, tarde e noite), 7 (sete) dias por semana, procurei ir a campo também em horários e dias alternativos (diferentes daqueles nos quais eu normalmente ia). Estive com eles em vários finais de semana (sábado e domingo das 07:00 às 17:00 horas) e noites (das 19:00 às 07:00 horas). Para garantir a confidencialidade da organização que abriu as suas portas para a minha pesquisa, bem como para preservar a privacidade das pessoas que compartilharam comigo uma parte da vida delas, uso ao longo do texto o termo genérico “Oficina” e me refiro às pessoas de forma também genérica como “pessoal da produção”, “gerência”, “supervisão” etc. Especificamente para este texto revisitei, li, reli, e codifiquei minhas notas de campo segundo as categorias “observação, participação, acesso e construção de dados” (Spradley, 1979; Locke, 2001; Goulding, 2002; Charmaz, 2006).

Além dessa introdução e das considerações finais, construí o texto em três seções principais. Na primeira procuro recuperar alguns conceitos centrais sobre etnografia de modo a apontar a importância do *acesso cotidiano no campo* para a construção de conhecimento nesse tipo de pesquisa em Administração. Na segunda seção trato da minha trajetória “dentro” de uma “Oficina” *performando o acesso no dia-a-dia* da pesquisa de campo dando ênfase ao processo de construção das minhas identidades, da minha constituição como pesquisador, das minhas possibilidades de observar, de interagir, de participar e de construir os dados em meio a um conjunto heterogêneo de atores humanos e não-humanos. Na terceira faço minhas considerações finais recuperando os pontos centrais das descrições e análises realizadas ao longo das seções anteriores. Retomo meus objetivos principais e procuro deixar mais claro como ele pode contribuir para o campo da Pesquisa em Administração.

Etnografia

Com a sua difusão e crescente utilização em diversos campos das ciências sociais, já não se pode falar de apenas uma, mas de várias etnografias (Atkinson et.al., 2007). Se, um dia já foi possível identificar características e/ou preceitos gerais que serviam para dar forma ao que se chamava etnografia, no presente esse consenso não existe mais (Hammersley, 1992; Denzin e Lincoln, 1994; Bate, 1997; Atkinson et al., 2007; Fine, 2003; Ybema et. al., 2009). Atualmente, definir o que é *etnografia* não é uma tarefa simples. Encontrar uma definição, estável, concreta, com limites bem delimitados é praticamente impossível. Ao que parece ela é um *objeto múltiplo, complexo e heterogêneo* (Mol, 2002), *performado na prática* a partir de perspectivas cujas origens podem ser encontradas em diferentes contextos: no interacionismo simbólico, na fenomenologia, na etnometodologia, na teoria crítica, no feminismo, no pós-modernismo (Atkinson et. al., 2007). De maneira geral, o termo etnografia nos remete a um tipo de postura metodológica em que o pesquisador participa, aberta ou veladamente, nas/das atividades da vida cotidiana de um grupo de pessoas, por um período prolongado de tempo, observando o que acontece, ouvindo o que é dito, conversando, fazendo perguntas, coletando

todos os dados que estiverem disponíveis para lançar luz sobre as questões que são o foco da pesquisa (Hammersley e Atkinson, 1995, p.2).

Especificamente em contextos organizacionais, a essência da etnografia estaria em descobrir e explicar os modos pelos quais, as pessoas em ambientes de trabalho particulares, compreendem (significam), relatam (falam sobre), agem, lidam com as situações que enfrentam no dia-a-dia (Van Maanen, 1979, p.540). Assim, os etnógrafos organizacionais são exploradores culturais, que procuram descobrir como os atores – nas organizações - produzem sentido, fazem as coisas acontecerem, lidam com a complexidade das situações mundanas, cotidianas da vida do trabalho (Cunliffe, 2010). Adotar uma postura etnográfica implica em reconhecer que não é possível produzir conhecimento adequado sobre o comportamento social sem entender o mundo simbólico/cultural dos pesquisados, enxergando o mundo em que eles vivem “de perto e de dentro”, através dos olhos deles e utilizando os significados que eles compartilham (Rosen, 1991; Hammersley, 1992). Nesse sentido, um ponto central para a etnografia está no seu compromisso de procurar entender um *determinado modo de vida* (uma cultura, uma prática) não a partir de categorias estrangeiras, impostas pelo pesquisador, mas a partir do ponto de vista de quem o vive, *de perto e de dentro* (Magnani, 2003; Shotter, 2005).

Cabe destacar, entretanto, que, se, por um lado, corremos sempre o risco de impor aos nossos informantes categorias que não lhe dizem respeito, vindas do pesquisador ou de uma teoria exterior a eles, por outro, pode ser igualmente arriscado tentar compreender a *realidade* apenas segundo as categorias nativas. Aprender a lidar com esse impasse implica em reconhecer que no *encontro* entre pessoas que se estranham – pesquisador e nativo – e que fazem um movimento de aproximação é que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas. O *objeto do conhecimento* é, portanto, *aquilo que talvez nenhum dos dois conhecia a priori e que, por isso mesmo, pode surpreender* (Cardoso, 1986, p.103). É na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre teorias acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza do nosso esforço enquanto pesquisadores (Peirano, 1995; Magnani, 2003; Jaime Júnior, 2003). Evitando os riscos do subjetivismo e da parcialidade, por um lado, e do objetivismo e da arrogância, por outro, trata-se de encontrar o ponto mediano entre um saber científico sobre os outros e um diálogo com os saberes desses mesmos outros, entre as teorias (ou representações) científicas e as teorias (ou representações) nativas, nesse espaço se desenrola a história da antropologia como disciplina e a etnografia como método de trabalho (Goldman, 2006).

A pesquisa social e seus métodos deveriam, portanto, ser tratados não como algo meramente reprodutivo, mas como um processo produtivo: eles não apenas descrevem (ou reproduzem) o mundo tal como ele é, mas também *fazem/estabelecem/determinam* as realidades que procuram descrever (Law, 2004; Law e Urry, 2004). Quer reconheçamos, quer não, a nossa narrativa tem tanto do nosso próprio mundo e da nossa própria visão, quanto tem do mundo dos outros, dos nativos (Van Maanen, 1988). Markussen (2005) aponta para o que denomina *encontros ontológicos*. Encontros na/da prática etnográfica em que os termos do real estão sujeitos a mudar. Pesquisa, pesquisador, realidade, pesquisados coproduzem um ao outro (Mol, 2002; Barad, 2003; Law, 2004; Law e Urry, 2004; Alcadipani, 2008).

Daí a importância de uma visão ampliada na área da Administração do que é o *acesso* no processo de pesquisa qualitativa em geral e etnográfica em particular. Esse tipo de encontro não se garante pelo *acesso formal* à organização, por uma carta de “aceite” assinada pela “direção da empresa”, por um email enviado pela gerência, pela fala de um supervisor. Ele precisa ir sendo cultivado ao longo do tempo. As possibilidades do pesquisador de *construir* (não simplesmente coletar) *os dados* que vão lhe permitir desenvolver uma versão plausível do fenômeno que se pretende compreender são assim definidas no “campo”, com o “campo”, nas diferentes situações que ele presencia/vivencia no cotidiano da pesquisa. Por isso é importante um período relativamente longo de imersão no campo, no *habitat* natural

dos pesquisados, no contexto do mundo real em que aumentam as possibilidades de espontaneamente nos encontrarmos com/em momentos ordinários, importantes na vida cotidiana das pessoas cujas práticas estamos investigando (Spradley, 1979).

Consequentemente, o conhecimento gerado na etnografia não é o tipo que você encontra na prateleira (Cunliffe, 2002), é uma forma de conhecimento construído *de dentro* (Shotter, 2005). O etnógrafo precisaria, assim, voltar para casa com o sapato impregnado pela poeira do mundo real e não da biblioteca (Fielding, 1993, p.157), precisaria participar da vida social/cultural de modo a caminhar *uma milha com os sapatos deles* (Hochschild, 1979), precisaria *viver com e como* aqueles que pretende estudar (Van Maanen, 1988), precisaria estar lá, imerso com os nativos nas situações, nos eventos, nas interações, nos lugares em que eles vivem e que fornecem o combustível para o conhecimento que o etnógrafo constrói (Malinowski, 1976). É isso que difere a etnografia dos métodos de pesquisa baseados principalmente em entrevistas e documentos: o encontro direto, concreto, físico, no tempo e no espaço, em primeira mão, do etnógrafo com os pesquisados no lugar e nas situações concretas em que eles vivem, em meio ao que eles fazem cotidianamente (Ybema et al, 2009; Rosen, 1991; Bate, 1997; Hammersley e Atkinson, 1995; Agar, 1980; Spradley, 1979).

Observação, participação, acesso e construção de dados

A observação é um componente essencial do trabalho de campo das pesquisas etnográficas e no meu caso não foi diferente. É através dela que, em grande medida, o pesquisador estabelece o envolvimento direto no aqui-e-agora da vida cotidiana das pessoas que dá a ele o acesso “privilegiado” a aspectos das práticas sociais que permanecem obscuros (*tidos como certos*) do ponto de vista dos que dela não participam (Emerson, Fretz e Shaw, 2007). Sendo assim, desde o início eu procurei observar o cotidiano do grupo pesquisado procurando estar presente em todos os eventos possíveis, dos mais comuns e corriqueiros aos mais excepcionais e ritualizados, acompanhar de perto e de dentro as atividades dos praticantes, interagir face-a-face com eles, fazer perguntas e, pelo menos idealmente, tentar aprender a fazer com eles (Schatzki, 2005; Bate, 1997, Rosen, 1991; Spradley, 1979, 1980). Especialmente me interessavam os textos escritos (políticas da empresa, declarações de visão, declarações de mídia, e-mails, manuais de trabalho), as interações (reuniões formais e conversas informais), as falas (contos, narrativas, metáforas, fofocas, piadas), as ações (rotinas, práticas de trabalho), os símbolos (decoração, roupas, logos) e a linguagem (jargões, frases e palavras comuns, linguagem técnica) dos membros da organização tal como são *performados* na prática cotidiana na/da “Oficina” (Cunliffe, 2010).

Tradicionalmente a observação pode ser classificada como participante ou não participante (Spradley, 1980; Hammersley e Atkinson, 1995; Baker, 2006). O primeiro tipo é marcado pelo ideal da *imersão total* do pesquisador. Ele procura não apenas se passar por um membro do grupo, mas efetivamente se tornar um deles (Hammersley e Atkinson, 1995), assumir formalmente uma função, um papel (gerente, operador de máquina, policial etc) na organização (Czarniawska, 2004). Aqui, a balança pende para o lado da participação e não da observação. Ou seja, não basta observar, é necessário ir além e executar “com as próprias mãos” as atividades desempenhadas pelos pesquisados na sua rotina de trabalho. O segundo tipo – a observação não participante – é marcado pela presença de um pesquisador preocupado não em efetivamente executar determinadas atividades (em participar de e/ou realizar determinadas práticas), mas em se manter suficientemente “livre” para “simplesmente” observar como as pessoas as executam (as realizam). A balança, nesse caso, pende para o lado da observação. O pesquisador vai até o local onde os pesquisados estão e permanece lá por um bom tempo convivendo com eles mas não se torna um deles, não vive, de fato, a rotina do trabalho dos pesquisados, a ponto de executar as mesmas atividades que eles (Spradley, 1980; Hammersley e Atkinson, 1995; Baker, 2006).

No meu caso, tomando esses dois extremos, a ideia inicial era assumir a postura de um *observador não participante*. Ou seja, não era minha intenção assumir um papel específico como membro da organização e efetivamente desempenhar as mesmas atividades que os pesquisados. Pelo menos dois aspectos conduziram essa minha escolha. Primeiro, o fato de eu não ter as qualificações técnicas necessárias para executar as tarefas que me pareciam centrais para que a “Oficina” acontecesse. Levaria muito tempo para atingir um grau de capacitação que me permitisse, de fato, realizar as atividades como se fosse um deles. Segundo, tendo em vista a percepção de que o *organizing* acontecesse em diferentes locais e que os “organizadores” se movem frequentemente (Czarniawska, 2004), seria fundamental que eu tivesse liberdade para seguir os atores (Latour, 2005). Se, por um lado, a participação pode contribuir para um envolvimento mais profundo com o fenômeno e conseqüentemente para uma compreensão mais apurada dele, por outro, ela poderia dificultar os meus “movimentos” confinando-me dentro das fronteiras da função/papel que me comprometeria a desempenhar e conseqüentemente limitaria a minha compreensão da “Oficina” (Hammersley e Atkinson, 1995; Czarniawska, 2004).

Entretanto, com o caminhar da pesquisa de campo, a minha *observação foi aos poucos se tornando participante*. Primeiro porque o simples fato de estar ali presente já me fez participar, de alguma maneira, do desenrolar das atividades desempenhadas por aqueles atores, do estabelecimento de uma dada realidade (e não de outra). Além disso, apesar de o foco inicial estar na observação (e não na participação), ocorreram situações em que não pude me furtar de participar ativamente da rotina da oficina. Houve momentos em que o meu nível de envolvimento com os “meus pesquisados” (humanos e não humanos) não me permitiu apenas observar (Tureta, 2011; Tureta e Alcadipani, 2011; Alcadipani, 2008). Isso aconteceu em diferentes situações, com diferentes níveis de participação. E aconteceu, em grande medida, em função da minha necessidade de *cultivar o acesso*. De alguma maneira esses momentos foram fundamentais para ganhar a confiança das pessoas com as quais passava a maior parte do tempo no campo, foram fundamentais para estreitar as nossas relações, para que eles me considerassem alguém mais próximo deles! A manutenção do acesso sem dúvida passa pelo bom relacionamento com atores importantes no campo, com os informantes no dia-a-dia da pesquisa (Feldman, Bell e Berger, 2002). A minha recusa em participar muito provavelmente levaria a um maior distanciamento deles, a uma maior dificuldade de construir “meus” dados!

Isso aconteceu, por exemplo, quando repetidas vezes ajudei na (re)organização do leiaute do almoxarifado. No início da pesquisa eu passava boa parte do tempo com o funcionário responsável pelo almoxarifado, e ele passava boa parte do tempo dele tentando organizar aquele espaço. O fluxo de materiais era relativamente grande. A todo momento saíam (para a produção) e chegavam (do armazém e/ou da área de componentes) novos materiais, abriam-se novos espaços e acumulavam-se peças/componentes a serem armazenados. “*Isso não acaba nunca, você tá vendo! Por mais que eu trabalhe, isso aqui nunca fica arrumado [...] nunca tá pronto! Eu arrumo, arrumo, arrumo e nada. Tá sempre desorganizado*” (notas de campo). No começo eu evitava ao máximo falar alguma coisa enquanto o via (sozinho, com suas próprias mãos ou com a sua “fiel escudeira” a empilhadeira manual) arranjando e rearranjando aquele sem número de peças e componentes. Algumas vezes cheguei a tentar despistar, fazer como se não estivesse ali, como se não estivesse vendo nada.

Mas, com o passar do tempo, ficou impossível. Eu não podia ficar ali parado, apenas observando-o “quebrar a cabeça” para encontrar espaços vazios, disponíveis. *Coisas demais para espaço de menos* – ele sempre dizia. Meu “lado engenheiro” não conseguiu ficar calado. Quando me dei conta, mais do que simplesmente responder passivamente ao que ele me perguntava, eu já estava ativamente dando sugestões. “*Coloca isso ali. Tira isso daqui. Troca*

esse com aquele. O que é aquilo, será que precisa ficar na frente. Vamos colocar isso aqui embaixo e passar aquilo lá para cima” (notas de campo). Se, por um lado, às vezes me sentia mal fazendo isso, imaginando que talvez estivesse quebrando meu “protocolo de pesquisa”, por outro, esse tipo de envolvimento me fazia sentir útil, mais próximo dele, mais parte do universo que pretendia pesquisar. Percebia que essa era, no mínimo, uma forma de eu retribuir a maneira como ele havia me recebido na fase inicial da pesquisa. Ele, por sua vez, deixou de me ver com desconfiança e passou a me tratar de uma maneira totalmente diferente. Meu acesso a ele e à rede de atores que das quais ele fazia parte se ampliaram consideravelmente – ele passou a me apresentar a diferentes atores (humanos e não-humanos) (Latour, 2005) e a me levar com ele para diferentes cenários/situações (Schatzki, 2002).

Outro evento que marcou minha possibilidade de observação-participação, aconteceu logo no primeiro dia efetivamente de campo quando *observava* pela primeira vez uma reunião de “abertura do dia” que reunia todo o pessoal da produção, supervisores e pelo menos um representante da área de qualidade (todas as manhãs o trabalho na “Oficina” começava por essa reunião). Naquele dia eu estava sentado na última fila de cadeiras (eram 12 filas no total), numa sala retangular, meio escondido. Lugar que escolhi propositalmente – como pesquisador - para poder ampliar meu campo de visão e observar o máximo sem me envolver (sem incomodar ou perturbar) muito ... não era minha pretensão “participar”! Pretensão que caiu por terra quando o líder de turma (da turma do dia, que viria a se tornar meu principal facilitador na pesquisa) que conduzia a reunião e estava lá na frente me pediu para fechar a porta, a persiana e acender as lâmpadas da frente que estavam apagadas (a porta ficava no fim da sala, os apagadores/acendedores também).

“Ei, professor, será que o senhor poderia me ajudar? Fecha a porta pra gente. A persiana também. Aproveita e acende essa luz aqui. Já que o senhor vai ficar com a gente, é bom já ir se acostumando a ajudar” (notas de campo). Essa era uma tarefa aparentemente simples, que executei sem problemas, mas que me expôs de maneira inesperada. Todos se voltaram para o final da sala com olhares curiosos e eu pude ouvir vários deles se perguntando: *quem é ele? Professor? Professor de que? Como assim, vai ficar aqui? Quem é esse cara?* A reunião já não era mais a mesma. Essa foi a maneira que o líder da turma do dia encontrou de me apresentar aos demais. *Venha cá*, disse ele. *Chega mais, quero te apresentar para a turma*. Caminhei até ele passando pelo corredor formado entre as filas de cadeiras. Algo em torno de 10 (dez) metros que pareceram ser 1 (um) quilômetro, 15 (quinze) segundos que duraram 1 (uma) hora em meio aos olhares curiosos de uma sala lotada – haviam umas cem pessoas lá naquele dia. Chegando lá ele pediu que eu me apresentasse para a turma – que eu dissesse quem era eu e o que eu faria lá. Antes que eu dissesse meu nome, o líder da turma me interrompeu. Ali pude experimentar um ritual que vi se repetir várias vezes, com diferentes pessoas, ao longo do período em que estive no campo. *Antes de falar qualquer coisa é preciso primeiro dizer bom dia para a turma* – disse ele.

Mas não era qualquer bom dia. Era um *bom dia com o peito cheio, alto, com força, animado, disposto! Você está falando para quase 100 (cem) marmanjos, então não pode dar moleza*. Foi assim que ele (o líder da turma do dia) me ensinou. Precisei repetir três vezes antes de acertar – antes de ele me deixar continuar. Primeiro foi baixo (poucos responderam ao bom-dia), depois faltou força (a resposta aumentou em número, mas ainda foi fraca, sem vontade, como se não tivesse tomado café da manhã), por fim precisava de mais disposição (até eu percebi um certo desânimo do pessoal) – era impossível não perceber as risadas que vinham da platéia, eles estavam se divertindo! Gritavam, *mais alto, mais forte, esse não valeu, fala denovo, vamos professor, força!* Quando acertei, a resposta foi retumbante. Todos em uníssono respondendo BOM DIA! *Agora sim professor, esse é o nosso bom dia!*

Só então consegui me apresentar e dizer que estaria com eles para aprender como funcionava a “Oficina”. Procurei ser breve naquele momento e evitar um vocabulário

acadêmico demais. Tive a preocupação de tirar o peso da denominação *professor* (a identidade que começava a ser performada e atribuída a mim) e tentei passar a idéia de que eu não conhecia nada sobre o trabalho deles. Que os professores ali eram eles e não eu. Quando terminei minha fala, o líder da turma do dia apertou minha mão e me deu as boas vindas! Eu já ia voltando para o meu lugar, com um sentimento de dever cumprido, quando ele me chamou de volta. *Onde vai, peraí, hoje é você quem vai ler o tema da reunião de hoje!* Ele me passou então uma pasta com um texto de 3 (três) páginas que deveria ser lido para todos. *Já que você é professor, não terá dificuldade em nos dar essa aula*, disse ele, com um sorriso no rosto. Nesse momento comecei a realizar que estava vivendo meu rito de passagem, que aquilo fazia parte de uma espécie de “trote” pelo qual precisava passar para poder estar entre eles. Fiz a leitura e quando terminei, perguntei ao líder da turma do dia se havia algo mais que eu poderia fazer. Ele me disse que não. *Por hoje chega, você já trabalhou demais por hoje. Senta aqui perto de mim!* Dito e feito. Fiquei na primeira fila, tentando observar o que acontecia no decorrer da reunião e refletindo sobre como eu, apesar das minhas pretensões iniciais de não participar, de passar despercebido, havia me tornado o centro das atenções naquela manhã.

Foi a partir daí que relaxei, afinal se era esse o objetivo, melhor para mim. Ser aceito pelo grupo é sempre um problema a ser enfrentado em pesquisas de caráter etnográfico. Se eles, no primeiro dia já estavam me “batizando”, era um sinal de que eu não teria dificuldade para me aproximar. Até então eu só tinha o acesso garantido por uma “ordem” vinda de cima, da diretoria, da gerência. Aquelas pessoas com as quais eu de fato passaria praticamente todo o tempo da pesquisa de campo ainda não haviam me dado a “autorização deles para estar ali”. Mas não havia acabado. As “reuniões de abertura” terminavam sempre com uma reza. Todos se davam as mãos e formavam um círculo para rezar: um Pai Nosso, uma Ave Maria e parte da Oração do Espírito Santo. Antes porém, alguém se encarrega (ou é encarregado) de fazer as preces (de dizer para que/quem vai se rezar naquele dia). Adivinha quem foi o encarregado naquele dia? O líder da turma perguntou: *que tal o professor rezar pra gente hoje?* Unanimidade... *Vamos lá professor!* Nesse momento, o fato de ser um católico engajado no movimento de casais/pastoral familiar me ajudou a não “passar vergonha” – eu estava mais ou menos acostumado a fazer esse tipo de coisa. Mais uma vez optei por ser breve e evitar pecar pelo excesso. Pedi que Deus abençoasse o dia de trabalho de cada um dos que estavam ali e as nossas famílias que haviam ficado em casa. Ninguém acrescentou nada e todos rezamos juntos. O aperto de mão que recebi do líder da turma do dia e de um dos mecânicos que estavam ao meu lado no círculo de oração, foi um sinal de aprovação que ajudou a aliviar o medo inicial de rejeição.

Já nesse primeiro dia de campo comecei a realizar que o ideal de pesquisador neutro, passivo, não-participante era impossível de ser performado na prática. Minha condição – identidade, essência – de pesquisador, construída *a priori*, não resistiu muito tempo, e começou a ser (re)configurada logo no início do processo de pesquisa (Mol, 2002; Michael, 2004). O “Eu” *professor e católico* (na “reunião de abertura do dia”) e o “Eu” *engenheiro* (quando da revisão do leiaute do almoxarifado) – vindos de outras práticas nas quais venho me engajando – emergiram como elementos que ajudam a constituir aquilo que venho sendo e não puderam ser postos de lado naquele contexto (Schatzki, 2002), naquela rede de atores (Latour, 2005), naquele conjunto de performances (Mol, 2002). Não foi possível ser apenas o “Eu” *pesquisador* (aquele aluno do programa de doutorado). Ainda que eu não quisesse, pelo menos naquele dia, a rotina da oficina havia mudado em função da minha presença/participação. Não só durante aproximadamente a uma hora de reunião, mas também ao longo do dia - todos foram trabalhar naquele dia sob as bênçãos que eu havia invocado!

Aliás, o termo pesquisador não fazia muito sentido para a maioria das pessoas com as quais convivi na “Oficina”. A renomada instituição de ensino na qual fazia meu doutorado,

então, ninguém sabia o que era. O rótulo professor é que me acompanhou durante todo o tempo em que fiquei no campo. Fui procurado, por exemplo, por um líder de turma para conversar sobre o desejo dele de fazer um curso de administração à distância. Perguntei a ele sobre o porquê do interesse e ele me respondeu: *“uma das maiores tristezas que tive na minha vida foi perder o cargo de supervisor. Eu era supervisor mas quando a atual controladora da empresa assumiu chegaram para mim e disseram que eu não poderia ser supervisor porque eu não tinha curso superior. O meu salário é de supervisor, mas perder o cargo foi muito difícil para mim, lembro até hoje de chegar em casa e dizer para a minha mulher que eu não era mais supervisor - foi muito difícil para mim”* (notas de campo). Um jovem mecânico, estudante de Engenharia de Produção, cursando o último período em uma Faculdade da cidade me pediu para ajudá-lo no desenvolvimento de sua monografia: um plano de negócio. Além de repassar a ele várias referências tivemos pelo menos três encontros no horário do almoço para discutirmos o trabalho. Com ele passei um bom tempo ao longo da pesquisa e com ele aprendi boa parte do pouco que sei sobre o trabalho dele na “Oficina” – de alguma maneira ele parecia querer retribuir a minha ajuda! Como eu saberia dessas coisas negando a identidade de professor? Como acessaria essas informações, como construiria esses dados, como aprenderia tanto?

Assim, todos da execução me chamavam de *professor*! Não me lembro de nenhum deles ter me chamado pelo nome. Como praticamente todos na “Oficina” tinham um apelido (*xiada, cal, cara de peixe, véio, boi, chicão, caga grosso, JJ, monstrão, marciano, batata, tomatinho etc*), receber um representou para mim mais uma forma de aceitação, de inclusão, de acesso ao grupo. De alguma maneira isso representava que *eu estava do lado de cá*, que eu não vinha sendo identificado como alguém enviado pelos gerentes, pela chefia – esses, inclusive, não tinham apelido. Que eu estava sendo performado como alguém “inofensivo” para eles, como alguém cuja presença/observação não se pautava em uma agenda gerencial oculta.

É interessante destacar, ainda, o papel desempenhado pelo uniforme que eu usava ao longo do trabalho de campo. Falar do uniforme nos remete aos trabalhos de Bresler (1996, 1997). As coisas, roupas dentre elas, possuem diferentes significados dependendo do seu contexto ou domínio (Bresler, 1996, p.9). A partir de sua etnografia (com observação participante) em uma oficina de marcenaria, o autor aponta a importância do processo de transformação de sua roupa em “surrada” na sua integração com os pesquisados. A “roupa surrada” era o “uniforme” dos marceneiros. *Cada um com a sua própria, cores e modelos distintos, mas todas igualmente “surradas”. O que criava a nossa identificação, nos “unia” era o trabalho, tendo como símbolo nossos “uniformes”* (Bresler, 1996, p.8-9). Desde que obtive o acesso formal e comecei o trabalho de observação na “Oficina”, eu usei um uniforme (calça, camisa, bota, capacete com protetor de ouvido e óculos) que ganhei da empresa igual ao usado pelo pessoal da produção (do “chão de fábrica”). Isso fez com que eu fosse, por diversas vezes, na etapa inicial da pesquisa, confundido com um funcionário da “Oficina”. Tal como a *camisa de Alegoria* descrita por Tureta e Alcadipani (2011), o uniforme também ajudou a (re)configurar minha identidade no campo (Michael, 2004). Vestido com ele, em diversas ocasiões eu deixei de ser o pesquisador-observador e me vi “obrigado” a assumir a condição de pesquisador-funcionário da empresa.

No período inicial da pesquisa em que ficava mais fixo no almoxarifado, por exemplo, por diversas vezes fui questionado por funcionários da produção (alguns, inclusive, que sabiam que eu estava ali apenas para realizar a pesquisa e não para trabalhar pela empresa) se havia ou não a disponibilidade de peças/componentes no estoque, em outras ocasiões recebi (assinando, inclusive, as notas de recebimento, material que chegava do armazém. Tal como argumentam Tureta e Alcadipani (2011, p.223), essas transformações me remeteram à existência de múltiplas realidades (Law, 2004; Mol, 2002), em que um mesmo objeto (nesse

caso, eu, o pesquisador) fui *performedo* de forma múltipla sendo mais do que um e menos do que vários: observador não participante, observador participante, almoxarife, pesquisador, engenheiro, professor etc. Parafraseando Tureta e Alcadipani (2011, p.222), nesse *ínterim enfrentei alguns dilemas e me vi diante de decisões que poderiam implicar em sérias consequências para os sujeitos pesquisados*.

Por um lado, percebi que, a partir de um determinado momento, era desejável e esperado por alguns funcionários da produção a minha participação e que a recusa poderia gerar algum tipo de desconforto na relação com os pesquisados. Não me custava nada verificar a disponibilidade das peças/componentes já que estava ali há alguns dias “*sem fazer nada, só olhando o pessoal trabalhar*” e acompanhando as entradas e saídas de estoque, tampouco seria difícil simplesmente receber o material que chegava: se eu não recebesse, o material seria devolvido e, em certos casos, poderia demorar até 24 horas para ser reenviado, comprometendo a programação das atividades na produção. Por outro lado, eu (que não estava formalmente autorizado para tal) poderia trazer problemas para a rotina/performance da oficina caso desse uma informação errada ou tomasse uma decisão equivocada. Dizer que não havia uma peça/componente que de fato estivesse disponível poderia iniciar desnecessariamente um processo de compra e/ou gerar uma redistribuição do trabalho até que a peça/componente chegasse. Receber material que não havia sido pedido e/ou em quantidades ou especificações diferentes daquelas solicitadas poderia gerar excesso de estoque, necessidade de reprogramação de atividades e /ou implicaria na necessidade de se abrir um processo de devolução.

Aliás, quando recebi o uniforme, fiquei feliz por acreditar que ele imediatamente me aproximaria, principalmente, do pessoal da produção que mais me interessavam. Afinal, no meu primeiro dia de trabalho, quando fui à “Oficina” ainda sem o uniforme, fiquei incomodado porque a minha roupa (sapato, calça jeans e camisa polo) claramente me diferenciava deles e pude perceber os olhares curiosos e ouvir comentários do tipo: *quem é esse aí?* Eu, entretanto, estava enganado! O uniforme “novinho em folha” também não funcionou tão bem. Certo dia estava eu caminhando por um galpão quando me chamou a atenção um funcionário que trabalhava em uma das máquinas. Eu ainda não o conhecia e ele estava sentado em “banco” improvisado com duas peças (que fazem a ligação da “sanfona” do sistema de ventilação) sobrepostas – acho que por isso parei. Para conhecê-lo e para observar melhor como ele ajustava o híbrido *corpo-peça-máquina* para realizar o serviço. Eu me aproximei, cumprimentei, permaneci um tempo observando sem falar nada até que perguntei o que ele especificamente estava fazendo. Eu sempre fazia isso. Perguntava sobre o que havia acontecido com a máquina, qual era o defeito, como ele era diagnosticado, que consequências poderiam ter caso não fosse reparado a tempo etc. Normalmente as respostas eram amigáveis (na pior das hipóteses, monossilábicas). Naquele momento não. Ele não me respondeu, mas perguntou: “*quem é você? o que você está fazendo aqui? você é engenheiro? é fiscal? gerente ou o quê?*” (notas de campo).

Ainda um pouco atordoado com tantas questões, respondi dizendo que eu não era nada daquilo e procurei explicar o que eu estava fazendo ali. Que eu era um pesquisador, interessado em aprender como se consertavam aquelas máquinas etc. Repeti resumidamente o discurso que tinha feito na minha apresentação formal e que tinha mais ou menos pronto para situações como aquela. Era a primeira vez que ele me via, estava voltando de férias naquele dia e ainda não tinha ficado sabendo da minha presença. Apresentação feita, o tom da conversa se tornou totalmente amigável e ele me deu um conselho, meio que pedindo desculpas: “*é o seguinte, por aqui, se você tá com camisa branca, ou limpa, quer dizer que você não é dos nossos, não é mecânico (...) é engenheiro, é chefe. Olha para você ver, nós tamo todos sujos, roupa, mão, braço, rosto. Eu vi você aí todo limpinho, logo vi que não era da área, por isso perguntei quem você era*” (notas de campo).

Descobri, assim, que não bastava ter um uniforme para ter acesso a eles, seria preciso “surrá-lo” (Bresler, 1996, 1997), ou melhor, “sujá-lo” de graxa, óleo, poeira etc para aprofundar os vínculos com os pesquisados. Olhando para a camisa surrada é que me dei conta de que, ao longo da pesquisa, a minha relação com a sujeira havia mudado. No início, ainda que inconscientemente (e só agora consigo perceber isso), eu me movimentava pelos galpões preocupado em não sujar a roupa e as mãos – é esse o comportamento que aprendi com a minha mãe quando criança (“não suje a roupa menino!) e que levo a cabo nas práticas nas quais normalmente me engajo (ser pai, dar aulas etc). No campo, precisei relaxar: sujar as mãos, sujar a roupa, passou a ser algo “necessário” para a minha prática de pesquisa. Não que eu sujasse o uniforme de propósito, mas sem essa preocupação me senti mais à vontade para circular entre as máquinas, meus movimentos corporais ficaram mais naturais, mais fluidos (menos robotizados), ficou mais fácil acessar determinados cenários.

O “meu” uniforme foi, aos poucos, me aproximando do pessoal da produção, mas também, ao mesmo tempo, contribuiu para que eu fosse me distanciando dos gerentes, supervisores, líderes de turma e do pessoal do escritório em geral. Não por acaso, notadamente desenvolvi minha pesquisa a partir da proximidade que obtive com o pessoal da execução. Foram eles que me acolheram, foi com eles que passei quase todo o tempo. Eu me sentia mais a vontade com eles e, aparentemente, eles comigo. Na medida em que o trabalho de campo se desenrolava, me identifiquei, tive mais abertura, tive mais acesso para interagir com alguns indivíduos (e objetos) do que com outros (Alcadipani, 2008; Fine, 1993).

Ao longo do processo de observação, procurei ir registrando as minhas “observações” (fazendo as minhas “anotações”) em um diário de campo. A observação envolveu, assim, não apenas o acesso e a imersão em um determinado contexto social – a “Oficina”, mas também a produção de descrições e relatos escritos sobre ele. As minhas notas de campo, portanto, (re)escrevem e (re)constituem o mundo social que experimentei de modo que ele pudesse ser preservado, revisto, estudado e analisado várias vezes ao longo (e após) o processo de pesquisa de campo e de escrita pelo próprio pesquisador (Emerson, Fretz e Shaw, 2007). Foi através delas que transformei minhas experiências e observações produzidas de “perto e de dentro” do campo em material empírico escrito. Ali procurei não só registrar aquilo que vivi e que considerei importante (pessoas, objetos, cenários, cenas, eventos, diálogos, experiências e reações pessoais), como também apontar novas direções que julgava ser relevantes tomar (novas pessoas, objetos, cenários, cenas, eventos etc a serem seguidos).

Durante a pesquisa o processo de produção das minhas notas de campo variou. No primeiro dia levei uma agenda (caderno de campo) e uma caneta Bic® (modelo mais simples). A caneta seguiu comigo até o fim, mas a agenda não. Alguns minutos no campo foram suficientes para mostrar que ela era grande demais, difícil demais de manusear/segurar enquanto me movia pela “Oficina”. Ela mantinha sempre pelo menos umas das minhas mãos ocupadas e isso complicava tarefas simples nas quais me via envolvido: carregar uma peça, segurar uma ferramenta, andar nos galpões, subir/descer das máquinas etc... Eu estava sempre procurando um lugar para deixá-la. Um pequeno bloco de notas que cabia no bolso da camisa foi a solução. Solução que encontrei observando que vários dos trabalhadores tinham blocos semelhantes onde faziam anotações sobre o dia-a-dia do trabalho. Nesse bloco eu anotava (com a caneta que carregava no bolso) tudo aquilo que me chamava a atenção (falas, objetos, pessoas, lugares, documentos etc) e remetia às questões relativas à pesquisa. No início procurei fazer o mínimo de anotações na frente dos pesquisados. Achei que isso pudesse constrangê-los. Usava idas ao banheiro e/ou momentos em que ficava sozinho para fazer os registros. Houve um dia em que um dos mecânicos me perguntou se eu consegui guardar tudo de cabeça, se eu não anotava nada. *Como é que você consegue?* Respondi a ele dizendo que fazia sim anotações e mostrei o bloco, retirando-o do bolso. *Ah! Então você faz igual nós!* Exclamou ele...

A similaridade entre o meu bloco de notas e o deles também ajudou no processo de cultivar o acesso aos dados. Ele não era um objeto estranho, mas um instrumento comum na prática deles de registrar o que acontecia ao longo do dia. Um instrumento informal, na medida em que não era fornecido (e reconhecido) pela organização, comprado pelos próprios funcionários *nessas lojas de R\$ 1,99* (como me disseram) e que servia como um arquivo pessoal. Um instrumento que várias vezes eu vi sendo utilizado pelos “meus pesquisados” como fonte de informação para contestar indicadores de desempenho divulgados pela gerência e revisitar quando e qual(is) o(s) serviço(s) que havia(m) sido feito(s) em uma ou outra máquina que retornava à “Oficina”. O bloco de notas me ajudou a entrar no mundo deles, contribuiu para performar minha identidade e foi decisivo para o “bom” andamento da pesquisa de campo (Michael, 2004; Tureta, 2011).

Assim como aconteceu com a agenda, a máquina fotográfica que eu tinha comprado para a pesquisa não funcionou muito bem no campo. Era grande, difícil de ser transportada e destoava do conjunto de objetos normalmente portados pelos pesquisados. A solução, também nesse caso, foi encontrada olhando ao meu redor: usar o celular. Praticamente todos lá portavam um celular pessoal. Eles não guardavam uma posição fixa no trabalho e transitavam constantemente pelos galpões, assim, muitas vezes a única maneira de encontrá-los, de falar com eles à distância, sem perder muito tempo circulando era via celular. Ele cabia no bolso do uniforme, não atrapalhava a minha movimentação e não chamava a atenção. Era comum que eles mesmos utilizassem os seus celulares para fotografar especificações de peças, ferramentas defeituosas, número de série de equipamentos etc. Usar o celular como câmera fotográfica me permitiu reduzir o “estranhamento” deles e facilitou o registro de imagens ao longo do processo de pesquisa.

Por fim, concordando com a colocação de Tureta e Alcadipani (2011), me dei conta de que necessário considerar que as fronteiras entre observação participante e não participante são fluidas e não estavam totalmente sob o meu controle no campo, eu transitei de uma para outra, dependendo das contingências durante a prática da pesquisa. É preciso falar, portanto, que existam gradações entre uma e outra e não que elas sejam diametralmente opostas: a dicotomia atribuída aos diferentes mecanismos de observação é na realidade um *continuum* (Tureta e Alcadipani, 2011). Na minha prática de pesquisa precisei, inclusive, assumir diferentes papéis com diferentes pesquisados. Com o pessoal da gerência e supervisão, por exemplo, estabeleci um tipo de observação mais próximo do polo *não participante*. Já com o pessoal da produção com quem estabeleci uma relação mais próxima, a observação foi se tornando *mais participante* ao longo do tempo em que permaneci no campo.

Considerações Finais

A partir do esforço de descrição e análise que realizei ao longo do artigo procurei contribuir através de uma narrativa confessional (Van Maanen, 1988) para as reflexões da área de Pesquisa em Administração *animando* e *materializando* as nossas práticas como pesquisadores. Primeiro, reafirmando a percepção de que nossas pesquisas – em geral, e a obtenção do acesso, em particular - não são “coisas” prontas e acabadas, estruturas *inanimadas*, não problemáticas, que “obedecem” a um protocolo pré-definido sob controle do pesquisador, mas “coisas” vivas, *animadas*, problemáticas, que se baseia em protocolos que precisam ser continuamente feitos e refeitos, produzidos e reproduzidos, no cotidiano, em um “campo” (pessoas, objetos, cenários) que (re)age a nossa presença. Na medida em que *praticava* (performava) a pesquisa, minhas decisões, meus *fazeres/dizeres* iam sendo colocados à prova – aceitos, reprovados, corrigidos, sancionados pelos outros praticantes, notadamente o pessoal que trabalhava na produção da “Oficina”.

O “Eu”, por exemplo, que emergiu ali – naquele espaço-tempo – se fez segundo uma receita *cuja mistura de identidades (engenheiro-religioso-professor-pesquisador)* talvez

nunca tenha ocorrido e talvez jamais volte a ocorrer. Essa é uma identidade que não dependeu só de mim para ser conformada, não é minha em essência. Ela não existia antes do meu envolvimento, do meu engajamento naquela “Oficina” específica (Schatzki, 1996, 2002). Ela(s) foi(ram) sendo *performada(s)* na relação que estabeleci com aqueles pesquisados (humanos ou não), naqueles dias em que estive com eles (Mol, 2002; Michael, 2004; Latour, 2005), na nossa intra-ação (Barad, 2003) – no tipo de acesso que *performamos*.

E o “Eu” *religioso*? O que teria acontecido se, na primeira “reunião de abertura” de que participei, eu não tivesse rezado com eles, por eles, por suas famílias? Esse “Eu” que emergiu ali também foi decisivo para a minha prática de pesquisa. Tendo como pano de fundo a minha crença religiosa particular, ter tido a possibilidade de rezar com meus pesquisados todos os dias ao longo do tempo em que fiquei no campo foi uma experiência muito significativa. Esse ritual religioso diário ajudava a construir um espírito de grupo, a manter a camaradagem entre eles. Quando me via de olhos fechados, de mãos dadas, cada dia com duas pessoas diferentes, dependendo do arranjo do círculo e de cabeça baixa, rezando, não tinha como não me envolver, não me sentir parte daquele grupo. Várias vezes me emocionei, por exemplo, rezando com eles pelo meu filho que nasceu durante a pesquisa, por colegas deles (e à época meus também, por que não) doentes, mortos, viciados (álcool e drogas). Participar, de *corpo e alma* desse ritual contribuiu sobremaneira para aprofundar meus vínculos com eles e ampliar a minha possibilidade de pesquisa. Nesse processo, via engajamento *em uma prática híbrida* entre a prática de produção de conhecimento (de um lado) e a prática dos pesquisados (de outro), é que aos poucos fui “aprendendo” – incluindo, excluindo, revisando, alterando as minhas possibilidades de “decidir e de agir” no campo (Schatzki, 1996, 2001, 2002).

Segundo insistindo na importância dos *arranjos materiais*. Ou seja, remetendo à ideia da pesquisa de campo como o resultado (ainda que sempre instável) de um processo de ordenamento de materiais heterogêneos: *humanos e não humanos* (Callon, 1986; Latour, 2005; Knorr Cetina, 1997; Schatzki, Knorr-Cetina e Savigny, 2001; Bruni, 2005; Suchman, 2007; Orlikowski, 2007; Nicolini, 2009; Bjorkeng, Clegg e Pitsis, 2009; Lanzara, 2009; Svabo, 2009; Tureta e Alcadipani, 2011). Além de mim (“pesquisador”) e do pessoal da produção (“pesquisados”) como atores humanos, o uniforme (sujo e surrado), o bloco de notas, a caneta e o celular (igual ao deles) e o almoxarifado desorganizado (a empilhadeira manual, as peças e componentes, a desordem, a sujeira no chão, os espaços vazios, as prateleiras, os *pallets*) também contribuíram para o tipo de relação, de acesso e de construção de dados que desenvolvi no campo.

O bloco de notas, a caneta, o celular – meus instrumentos de trabalho - também ajudaram a compor o “Eu”. Afinal quem escolheu o bloco de notas (a caneta, o celular) não fui eu, pelo menos não sozinho. A escolha foi determinada também pelos “pesquisados” (que já usavam algo semelhante) e pelo uniforme da empresa, onde cabiam e podiam ser ajustados, sem prejuízo à minha mobilidade pela “Oficina”. O uso daquele bloco como caderno de campo, daquela caneta como instrumento de escrita, do celular como máquina fotográfica só fez sentido, ali, por isso. Por eles serem objetos com os quais meus “pesquisados” estavam acostumados, por eles já terem sido incorporados àquele contexto, por não serem estranhos à prática de trabalho daquelas pessoas. Estratégias e instrumentos de coleta de dados que eu havia planejado usar de antemão se mostraram menos importantes do que a necessidade/vontade/capacidade de me manter à deriva e de me reinventar para manter “ativo” o meu acesso ao campo (Rosen, 1991; Alcadipani e Hodgson, 2009; Alcadipani, 2014).

Aos poucos fui me dando conta de que o acesso ao campo não quer dizer simplesmente conseguir a autorização formal (institucional) da cúpula da organização para estar lá. Não é simplesmente uma questão técnica nem só um obstáculo a ser superado na fase

inicial da pesquisa (Alcadipani e Hodgson, 2009; Alcadipani, 2014). Até porque, é sempre bom lembrar, negocie o acesso com atores que não eram as mesmas pessoas com as quais convivi no campo (Bruni, 2006). O acesso é, isso sim, uma “luta interminável” que envolve a constante (re)negociação com os pesquisados, da presença do pesquisador. Esse é um movimento que mostra a dificuldade de estabelecermos previamente e sustentarmos fronteiras rígidas entre o pesquisador (sujeito) e os pesquisados/fenômeno (objeto). Essas fronteiras são constante e ativamente (re)(des)construídas (performadas).

A cada dia ia ficando mais claro que a minha experiência de trabalho no campo (assim como a minha prática de pesquisador) era profundamente influenciada pela forma como a *trajetória de acesso* (a minha primeira “reunião de abertura”, as minhas aulas particulares, o sujar do uniforme, o bloco de notas, a organização do almoxarifado) ajudava a performar os pesquisados, “Eu”, a “Oficina” etc (Bruni, 2006). A *performance do acesso* dentro da “Oficina” *no dia-a-dia* da pesquisa - em diferentes situações e cenários, com diferentes atores (humanos e não-humanos) - ajudou a construir minhas identidades no campo, influenciou as minhas possibilidades de observar, de interagir, de participar e consequentemente, de construir dados e de compreender aquela “realidade”.

Finalmente, é possível argumentar, tal como destaca Alcadipani (2014, p.21) que eu, enquanto pesquisador, não tenha decidido/agido da forma “mais correta” ao longo do meu processo de pesquisa descrito aqui. Entretanto, a ideia não era fazer qualquer tipo de julgamento daquilo que fiz ou deixei de fazer, mas sim apontar algumas das dificuldades que encontramos na prática da pesquisa etnográfica. Acredito que explicitar minhas escolhas – boas e/ou más – ajuda a desconstruir a imagem de que pesquisadores não erram, de que somos *quasi super-heróis* no campo. Em muitas situações, no meu caso, me senti muito mais como um refém!

Referências

- AGAR, M. **The professional stranger: an informal introduction to ethnography**. New York: Academic Press, 1980.
- ALCADIPANI, Rafael. Confissões Etnográficas: Fracassos no Acesso a Organizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.1, n.1, p.1-25, jan.-jul. 2014.
- ALCADIPANI, Rafael. **Practices of organizing: Enacting boundaries and Performing production in Newspaper printing**. 2008. 296 p. Thesis (Doctor of Philosophy) – Manchester Business School/ Faculty of Humanities/ University of Manchester, Manchester, UK, 2008.
- ALCADIPANI, Rafael; HODGSON, Damian. By any means necessary? Ethnographic Access, Ethics and the Critical Researcher. **Tamara. Journal of Critical Postmodern Organization Science**, v.7, n.7.4, p.127-146, March 2009.
- ATKINSON, P.; COFFEY, A.; DELAMONT, S; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. (Eds.). **Handbook of Ethnography**. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications, 2007.
- BAKER, Lynda M. Observation: A Complex Research Method. **Library Trends**, v.55, n.1, p.171-189, Summer 2006.
- BARAD, Karen. Posthumanist performativity: Toward an understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v.28, n.3, p.801–831, 2003.
- BATE, S. P. Whatever happened to organizational anthropology? A review of the field of organizational ethnography and anthropological studies. **Human Relations**, v.50, n.9, p.1147-1175, 1997.
- BJORKENG, K.; CLEGG, S.; PITSIS, T. Becoming (a) Practice. **Management Learning**, v.40, n.2, p.145-159, 2009.

- BRESLER, Ricardo R. B. A roupa surrada e o pai: etnografia de uma marcenaria. In: MOTTA, F. P.; CALDAS, M. (Orgs.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 111-126.
- BRESLER, Ricardo R. B. **Identidade e vínculos numa oficina de marcenaria**. São Paulo: EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1996. (Relatório de Pesquisa n. 2/1996).
- BRUNI, Attila. Access as Trajectory: Entering the Field in Organizational Ethnography. **M@n@gement**, v.9, n.3, p.129-144, 2006.
- BRUNI, Attila. Shadowing Software and Clinical Records: On the Ethnography of Non-Humans and Heterogeneous Contexts. **Organization**, v.12, n.3, p.357–378, 2005.
- CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of Saint Briec Bay. In: LAW, J. (ed.) **Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?** London: Routledge, 1986. p.196-233.
- CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis**. London: Sage Publications, 2006.
- CUNLIFFE, Ann L. Retelling Tales of the Field: In Search of Organizational Ethnography 20 Years On. **Organizational Research Methods**, v.13, n.2, p. 224-239, April 2010.
- CUNLIFFE, Ann L. Social poetics: A dialogical approach to management inquiry. **Journal of Management Inquiry**, v.11, p.128-146, 2002.
- CZARNIAWSKA, Barbara. On Time, Space, and Action Nets. **Organization**, v.11, n.6, p.773–791, 2004.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Participant Observation and Fieldnotes. In: ATKINSON, Paul; COFFEY, A.; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. (Eds.). **Handbook of Ethnography**. London: Sage Publications, 2007. cap. 24, p.352-368.
- FELDMAN, Martha S.; BELL, Jeannine; BERGER, Michele Tracy. **Gaining Access: A Practical and Theoretical Guide for Qualitative Researchers**. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2002. 196p.
- FIELDING, N. Ethnography. In: GILBERT, N. (ed). **Researching Social Life**. London: Sage, 1993.
- FINE, Gary. A. Towards a peopled ethnography: Developing theory from group life. **Ethnography**, v. 4, n. 1, p. 41–60, 2003.
- FINE, Gary. Ten Lies of Ethnography: Moral Dilemmas of Field Research. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.22, n.3, p.267-294, 1993.
- FLORES-PEREIRA, Maria T.; CAVEDON, Neusa R. Os bastidores de um estudo etnográfico: trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de shopping Center. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 1, artigo 10, p.153-168, Mar. 2009.
- GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, v.10, n.1, p.161-173, 2006.

- GOULDING, C. **Grounded Theory**: a practical guide for management, business and market researchers. London: Sage Publications, 2002.
- HAMMERSLEY, M. **What's Wrong with Ethnography**. New York: Routledge, 1992.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography**: Principles and practice. 2a.Ed. London: Routledge, 1995.
- HOCHSCHILD, A. Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. **American Journal of Sociology**, v.85, n.3, p. 551-575, 1979.
- JAIME JÚNIOR, P. Pesquisa em organizações: Por uma abordagem etnográfica. **Civitas**, v. 3, n. 2, p. 435-456, jul.-dez. 2003.
- KNORR-CETINA, K. Sociality with Objects: Social Relation in Postsocial Knowledge Societies. **Theory, Culture & Society**, v.14, n.4, 1997.
- LANZARA, G. F. Reshaping Practice Across Media: Material Mediation, Medium Specificity and Practical Knowledge in Judicial Work. **Organization Studies**, v.30, n.12, p.1369–1390, 2009.
- LATOUR, B. **Reassembling the Social**: An introduction to Actor-Network Theory. New York: Oxford University Press, 2005.
- LAW, John. **After Method: Mess in Social Science Research**. London: Routledge, 2004.
- LAW, John; URRY, J. Enacting the Social. **Economy and Society**, v.33, n.3, p.390-410, 2004.
- LOCKE, Karen. **Grounded Theory in Management Research**. London: Sage Publications, 2001.
- MAGNANI, J. G. C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social – USP**, p. 81-95, abril, 2003.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARKUSSEN, Turid. Practicing Performativity: Transformative moments in research. **European Journal of Women's Studies**, v.12, n.3, p.229-344, 2005.
- MICHAEL, M. On Making data social: heterogeneity in social practice. **Qualitative Research**, v.4, n.5, p.5-23, 2004.
- MOL, Annemarie. **The Body Multiple**: Ontology in Medical Practice. London: Duke University Press, 2002.
- NASCIMENTO, Artur R.; CRUZ, Ana Paula C. A Construção da Violência por Meio do Silêncio: uma Autoetnografia do Acesso à Pesquisa em Organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD. VIII EnEO, Gramado, RS, 2014. Anais... Gramado (RS): ANPAD, 2014. 1 CD-ROM.
- NICOLINI, D. Zooming In and Out: Studying Practices by Switching Theoretical Lenses and Trailing Connections. **Organization Studies**, v.30, n.12, p.1391– 1418, 2009.
- ORLIKOWSKI, Wanda J. Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, v. 28, n. 9, p. 1435–1448, 2007.
- PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PICKERING, Andrew. The mangle of practice, agency and emergence in the sociology of science. **American Journal of Sociology**, v.99, n.3, p.559–589, 1993.

- PINTO, M. R.; SANTOS, L. L. S. A *Grounded Theory* Como Abordagem Metodológica: Relatos De Uma Experiência De Campo. **Organizações & Sociedade (O&S)**, v.19, n.62, p. 417-436, Julho/Setembro, 2012.
- ROSEN, M. Coming to terms with the field: understanding and doing organizational ethnography. **Journal of Management Studies**, v.28, n.1, p.1-24, 1991.
- SCHATZKI, T. R. On Organizations as They Happen. **Organization Studies**, v.27, n.12, p.1863– 1873, 2006.
- SCHATZKI, T. R. Practice mind-ed orders. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K; VON SAVIGNY, E (Ed.). **The practice turn in contemporary**. London: Routledge, 2001. cap.3, p.42-55.
- SCHATZKI, T. R. **Social practice: a wittgensteinian approach to human activity and the social**. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- SCHATZKI, T. R. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.
- SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. **Organization Studies**,v.26,n.3,p.465–484, 2005.
- SCHATZKI, T. R. **The Timespace of Human Activity: On Performance, Society, and History as Indeterminate Teleological Events**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2010.
- SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K; VON SAVIGNY, E (Ed.). **The practice turn in contemporary**. London: Routledge, 2001.
- SHOTTER, John. ‘Inside the Moment of Managing’: Wittgenstein and the Everyday Dynamics of Our Expressive-Responsive Activities. **Organization Studies**, v.26, n.1, p.113–135, 2005.
- SPRADLEY, J. P. **Participant Observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.
- SPRADLEY, J. P. **The Ethnographic Interview**. Belmont, CA: Wadsworth Group & Thomson Learning, 1979.
- SUCHMAN, Lucy. **Human-Machine Reconfigurations: Plans and Situated Actions**. (2^a ed.) Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- SVABO, Connie. Materiality in a practice-based approach. **The Learning Organization**, v.16, n.5, p.360-370, 2009.
- TURETA, César. **Práticas Organizativas em Escolas de Samba: o Setor de Harmonia na Produção do Desfile do Vai-Vai**. 325 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2011.
- TURETA, César; ALCADIPANI, Rafael. Entre o Observador e o Integrante da Escola de Samba: os Não-Humanos e as Transformações Durante uma Pesquisa de Campo. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 3, p. 209-227, Mar./Abr. 2011.
- VAN MAANEN, J. **Tales of the field: on writing ethnography**. Chicago, University of Chicago Press, 1988.
- VAN MAANEN, J. The Fact and Fiction in Organizational Ethnography. **Administrative Science Quarterly**, v.24, n.4, p.539-550, 1979.
- YBEMA, S.; YANOW, D.; WELS, H.; KAMSTEEG, F. (eds). **Organizational Ethnography: Studying the complexities of everyday life**. London: Sage, 2009.